

# AUTORIDADE POLÍTICA DEBILITADA E PRESENÇA CIDADÃ DE RUMO INCERTO: A ARGENTINA EM CRISE

Isidoro Cheresky

*Tradução do espanhol: Alexandre Morales*

## RESUMO

Ao analisar os diversos elementos que configuram a atual situação de crise na Argentina, o autor argumenta que seu aspecto mais agudo é a profunda desorganização da representação política e dos laços sociais. A continuada mobilização de protesto contra o governo e as instituições públicas, inédita e heterogênea, constituiria sobretudo um fator de questionamento da legitimidade da autoridade política, ademais sob a perda de soberania nacional resultante da vulnerabilidade externa. A recomposição da situação demandaria assim a reabilitação dos laços de representação a fim de assegurar a produtividade política da sociedade mobilizada e a emergência de novos atores políticos, bem como a renovação das forças políticas tradicionais. *Palavras-chave: Argentina; crise; representação política; cidadania; soberania nacional.*

## SUMMARY

Analyzing the various aspects of Argentine contemporary crisis, the author argues that its most pungent feature is the serious disorganization of political representation and social ties. The unseen and heterogeneous continuing protests against the government and political institutions seems to constitute above all a dispute over legitimacy of political authority, particularly considering the loss of national sovereignty under external vulnerability. The reconstruction of this situation thus seem to demand the rehabilitation of representation ties in order to maintain political productivity of a mobilized society and the unfolding of new political actors, as well as the renewal of traditional political forces.

*Keywords: Argentina; crisis; political representation; citizenship; national sovereignty.*

Sem rumo e sem ordem. Em princípios de abril de 2002 a sociedade argentina continua imersa em um processo de desorganização, sem pautas para a reconstituição da ordem e portanto sem possibilidade de vislumbrar uma saída para a situação excepcional em que se encontra. A desconfiança nas instituições — econômicas e políticas — se generalizou, dando vazão a diversas propensões a fugas: em primeiro lugar, fuga da moeda nacional, favorecendo a corrida ao dólar como valor-refúgio e ameaçando desencadear um processo hiperinflacionário; fuga do sistema bancário, que já não é considerado confiável para veicular as transações; fuga, enfim, do próprio país, que se vê abandonado de fato ou no imaginário por milhões de pessoas de toda idade e condição, que se aglomeram às portas das embaixadas. Com os recorrentes saques a desconfiança se aprofundou de tal maneira que o medo e a insegurança são também um fator de desagregação social.

O governo não consegue reconstituir sua autoridade, já que a legitimidade de sua origem está sob questão<sup>1</sup>, e seu desempenho se vê enredado em um emaranhado de decisões que multiplicam a fragmentação e os interesses em jogo. Em fins de dezembro, ainda sob o governo Fernando de la Rúa, o congelamento dos depósitos bancários encetou uma situação de excepcionalidade em que se suspenderam direitos consagrados (quer dizer, algumas formas de direito de propriedade) e sujeitou-se a condição dos indivíduos, ao menos a patrimonial, a decisões circunstanciais de governantes e juízes. Pouco depois, a declaração de *default* (cancelamento do pagamento da dívida pública) gerou uma situação de insulamento internacional. Por fim, o abandono da convertibilidade e as conseqüentes desvalorização do peso e "pesificação" da economia implicaram uma série de situações a serem arbitradas, em particular o valor em pesos dos depósitos congelados, das dívidas contraídas com bancos e prestamistas privados, dos contratos de aluguel e de outros compromissos contratuais.

À medida que caía vertiginosamente a arrecadação de impostos e se agravava a situação social, com a perda de valor real dos salários e o aumento da desocupação, aventavam-se as alternativas de cobrar impostos excepcionais (para as exportações e para os grandes beneficiários da pesificação das dívidas<sup>2</sup>) e de controlar os preços máximos dos alimentos da cesta básica. Quando a livre flutuação do peso produziu uma repentina e espetacular corrida ao dólar, intensificou-se a idéia de maior intervenção governamental que o iminente perigo de hiperinflação aventara.

Poder-se-ia evidentemente enfatizar as dimensões estruturais que fazem que a Argentina esteja atravessando um verdadeiro despenhadeiro, derrocada ou bancarrota geral, conforme o modo com que os diferentes analistas têm definido a situação. De fato, parecem incertas a recuperação da senda do crescimento, a retomada dos laços de comércio e investimento com o mundo e, em conseqüência, a superação da decadência social, expressa em inéditos índices de desemprego e de pobreza. Em todos esses aspectos a queda continua<sup>3</sup>.

Mas o que mais denota a gravidade da situação é talvez a profundidade da desorganização da representação política e dos laços sociais. Desde o mês de dezembro a vida pública tem estado dominada pela irrupção social sob as formas distintas do saque e do protesto urbano em massa. Os saques a supermercados e a uma variedade de comércios locais transformaram alguns bairros em terra de ninguém, pondo em evidência a força destrutiva despertada por esse condicionamento antipolítico da vida humana que é a irrupção da necessidade. De outra parte, uma inédita e heterogênea mobilização urbana colocou o protesto contra o governo e as instituições como um permanente fator de xeque à legitimidade política. O painel deu a tônica de uma situação em que os laços de representação política se viram profundamente questionados.

Em meio à diversidade de elementos que configuram a atual situação argentina — e que inibem um diagnóstico geral preciso, assim como predições sobre a evolução futura —, os eventos gerais que põem em evidência a

(1) O atual presidente, Eduardo Duhalde, goza de uma autoridade precária, que cristaliza a origem indireta, embora institucional, de seu mandato e o desapego dos cidadãos pela representação política. Seu acesso ao poder em 1º de janeiro, resultado de um voto parlamentar que refletiu a maioria peronista, deu-se após uma série de percalços institucionais. Em 20 de dezembro renunciara Fernando de la Rúa, e com a vacância na Vice-Presidência desde a renúncia de Carlos Alvarez, em outubro de 2000, o sucessor designado pelo Congresso foi o governador peronista da província de San Luis, Adolfo Rodríguez Saa. A intenção inicial dos peronistas era designar um mandatário com a missão de convocar eleições num lapso de três meses, mas o então presidente do Senado, Ramón Puerta, abriu mão da linha sucessória presidencial e deu lugar à nomeação de Rodríguez Saa, alçado pelos governadores peronistas das províncias pequenas. Este porém permaneceu apenas uma semana no cargo, retirando-se sob a dupla pressão do isolamento no seio de seu partido, que suspeitava de suas pretensões de permanecer no poder no restante do mandato presidencial (até outubro de 2003), e da sociedade mobilizada, que viu na composição de seu gabinete mais um alvo de repúdio à corrupção dos políticos. Duhalde, recém-eleito senador pela província de Buenos Aires, foi nomeado sem contar com o consenso e a liderança do partido, a ponto de ter ficado à margem das deliberações entabuladas após a renúncia de De la Rúa. Dessa forma, chegou à Presidência quando os mecanismos institucionais haviam posto em evidência o fracionamento político.

(2) Chegou-se a projetar um imposto para as empresas privatizadas que houvessem realizado grandes lucros nos anos 1990, mas a iniciativa foi abandonada em razão de entraves legais e por força dos interesses em jogo.

(3) À exceção das exportações, que no entanto também estão estagnadas, pois para que se expandam é necessário que haja crédito externo e certas importações. A inflação e a recessão têm efeitos demolidores sobre os setores populares. Dada a diferença de padrões de consumo, a taxa anual de inflação, a se manterem os índices atuais, seria de 71,5% para os mais pobres e de 28,4% para os mais ricos. Desse modo, 58% dos argentinos cairiam abaixo da linha de pobreza (cf. informe da empresa de

consultoria Equis citado no *La Nación* de 11/03/2002). Segundo estimativas do Instituto de Estadísticas e Censos (Indec), em maio de 2001 estavam abaixo da linha de pobreza 13,7 milhões de argentinos (38,1% da população na época). Nesse índice de pobreza incidem não só a crescente desocupação — hoje estimada em mais de 22% —, mas a própria remuneração do trabalho, que vem declinando desde o período relativamente próspero dos anos 1990: "entre 1994 e fins de 2000 o rendimento médio dos postos de trabalho se reduziu em 4,3%, queda que correspondeu a 11% no caso do estrato baixo (40% dos postos com rendimentos mais baixos) e a 8% para o estrato médio" (Marco del Pont, M. e Valle, H. M. "La crisis social de los noventa y el modelo de convertibilidad". In: Lascano, Marcelo R. (org.). *La economía argentina hoy*. Buenos Aires: El Ate-neo, 2001).

(4) O isolamento da Argentina em relação aos mercados financeiros é ilustrado por um risco-país superior a 4.000 pontos. Esse índice deixou porém de estar no centro das atenções, uma vez que essa situação já não pode ser afetada por variações circunstanciais.

(5) Os economistas Rudiger Dornbusch e Ricardo Caballero sustentaram recentemente ("Argentina cannot be trusted". *Financial Times*, 07/03/2002) que para seguir em frente a Argentina deveria ceder temporariamente sua soberania, entregando o controle da política monetária a uma equipe de representantes de bancos centrais estrangeiros. Essa recomendação, que então foi considerada uma provocação, parece ser a pauta seguida atualmente.

(6) A relação com a ajuda externa é um dos pontos em que a opinião pública se mostra mais dividida. Pesquisa recente do Instituto Gallup aponta que para 54% dos entrevistados o país necessita de ajuda externa, enquanto 42% pensam que ele pode sair da crise sozinho (*La Nación*, 14/04/2002). Segundo pesquisa Ibope-OPSM na cidade de Buenos Aires e arredores, 45% dos entrevistados responderam afirmativamente à pergunta: "Deve vir um grupo internacional que assessore, controle ou exerça tarefas de governo?" (*Página 12*, 31/03/2002). Pesquisa de Hugo Haime y Asociados no mesmo âmbito registrou que, embora 53% dos entrevistados manifestassem acordo com a necessidade de negociar com o FMI (contra 37% de opiniões negativas), a propensão esta-

natureza política dos problemas remetem, de um lado, à debilidade das crenças coletivas ou à desconfiança generalizada e, de outro, à instabilidade dos poderes públicos e do próprio presidente, que não gozam de uma autoridade reconhecida. As decisões gerais e a adoção de um plano de governo coerente tropeçam na liquefação de poder, de modo que os interesses em pugna impõem seguidas oscilações nas decisões adotadas e definem-se centros de poder alternativos que, se logram alguma eficácia parcial, em conjunto delineiam uma situação de caos. Os decretos do Executivo, as leis ditadas pelo Parlamento e a interpretação dada pelo juízes aos direitos constitucionais são outras tantas fontes dessa diversidade de centros decisórios, aos quais se agregam ainda os poderes provinciais, que dispõem de considerável autonomia.

Constitui fator decisivo no condicionamento da vida política a intervenção do FMI e de outro poderes externos ou internacionais que encarnam a orientação pautada pelos principais centros de poder, em primeiro lugar pelos Estados Unidos. O futuro econômico e político do país parece depender de uma assistência externa extremamente concentrada nessa instituição desde o momento em que se declarou o *default*, e toda outra fonte de investimento ou crédito, mesmo comercial, parece vedada ou demasiadamente restrita<sup>4</sup>. O país se encontra então sob tutela e deve orientar suas decisões segundo planos definidos pelos peritos estrangeiros<sup>5</sup>, de modo que em aspectos essenciais desapareceu a margem da decisão política democrática. Na relação entre os atores intervenientes tal situação de dependência é exibida e manipulada sem nenhum pejo. Paradoxalmente, porém, essa extrema dependência tem um efeito ordenador: voluntariamente ou a contrapelo, as diferentes posições e interesses se alinham à agenda de temas e restrições proveniente dos organismos internacionais, na expectativa de que seu abono chegue em algum momento e traga consigo as linhas de crédito e a melhoria dos intercâmbios.

Por enquanto a reação nacionalista está quieta. Ainda que uma parte da população presumidamente apóie políticas insulacionistas, o protesto público nesse sentido é limitado<sup>6</sup>. Mas a possibilidade de que não venha uma ajuda internacional significativa que contribua para deter a queda da economia<sup>7</sup> é real e abre uma interrogação sobre as reações que poderiam se produzir em um tal extremo.

A gravidade da situação da Argentina torna mais premente a pergunta sobre a natureza de sua derrocada, pois precisar um diagnóstico permitiria traçar um caminho para a recuperação. Há consenso em considerar o problema argentino como de natureza política, o que é tanto mais gritante quanto mais se evidencia a gravidade da situação econômica estrutural<sup>8</sup>. E no entanto, como já assinalado, o problema parece ser efetivamente o da capacidade para fixar um rumo e fazer convergir as energias nacionais nessa direção, o que se traduz, da perspectiva das instituições políticas, na busca de autoridade do governo e do Estado e, do ponto de vista da sociedade, na busca de crença e confiança no laço social, nos acordos básicos e nas lideranças legais.

Esse diagnóstico vai na contramão da tradicional explicação sobre a origem da crise e também de algumas evidências presentes. Não há um causador e um beneficiário dos males argentinos? Mais precisamente, não há um agente social que esteja na origem desses males? Ainda que o capitalismo e a globalização sejam recorrentemente mencionados, essa imputação está longe de ter a verossimilhança e a força do passado, embora a dependência do país às decisões externas tenha chegado a um extremo sem precedentes. A terrível sensação predominante, não desmentida pelas informações disponíveis, é que a bancarrota não é algo que vá em proveito de nenhum setor social em particular, ao menos entre os envolvidos diretamente na atividade do país, ainda que as conseqüências sejam muito diferentes para uns e outros. Assim é porque as lógicas do capitalismo financeiro que têm contribuído para o endividamento do país e para a obtenção de certas vantagens são, justamente, lógicas, quer dizer, beneficiam os ocasionais portadores de títulos e outros papéis financeiros que passam de mão em mão, mas não se trata de agentes definidos e permanentes que determinem e aproveitem tais benefícios. Mais que isso, o mundo das finanças gera perdedores tanto entre os grandes como entre os pequenos participantes do mercado. Para não falar, obviamente, no amplo e crescente âmbito daqueles que estão fora do jogo.

Mas no aspecto a que a análise se refere a ausência de agentes permanentes da globalização e do capitalismo financeiro acentua uma mudança de perspectiva, de modo que as atenções se dirigem aos responsáveis políticos, aos governantes e aos técnicos que os auxiliam, que em seu conjunto são aqueles que tomam as decisões e embarcam o país nesta ou naquela direção. Há nesse sentido uma politização, como veremos adiante, mas ao mesmo tempo um sentimento de impotência, pois já não se trata dos responsáveis e menos ainda dos inimigos substanciais do passado.

O argumento que aqui se desenvolve põe ênfase então na possibilidade de reconstituir o laço de representação política e a autoridade institucional e de recuperar uma margem de soberania que dê lugar a uma deliberação e uma decisão democráticas que tenham sentido. Definir as possibilidades e os limites de semelhante transformação requer atentar para certos fatores relacionados à debilidade do Estado, às transformações sociais que têm mudado a configuração de interesses e forjado atores emergentes, às transformações na vida pública e, conseqüentemente, às condições para a constituição de novas lideranças e forças políticas.

## A debilidade e os problemas de reforma do Estado

O Estado argentino está questionado e desacreditado, mas a aspiração majoritária é que seja reabilitado. Nos anos 1990 sua ineficácia favoreceu um processo de privatização de empresas públicas que, segundo seus gestores, também aliviaria as contas públicas e eliminaria focos de corrupção. Hoje

tista era forte (41% a favor da nacionalização dos bancos e 39% contra; 65% a favor da reestatização das empresas públicas privatizadas e 26% contra), mas a opinião majoritária era a de não dar as costas ao mundo (60% desaprovavam não pagar mais a dívida externa, contra 34% favoráveis) (*Página 12*, 24/03/2002).

(7) Nos últimos quatro anos o PIB vem caindo e prevê-se para estes anos uma depressão ainda maior, com uma queda que varia entre 7,5%, segundo fontes oficiais, e mais de 10%, segundo vários economistas reconhecidos.

(8) No momento em que o país declarou a interrupção dos pagamentos da dívida externa o montante desta equivalia a metade do PIB. O peso dessa dívida havia se tornado insustentável em virtude da estagnação, e depois retrocesso, do crescimento econômico. O gasto fiscal e a evasão de impostos acentuavam o caráter devedor e deficitário da economia argentina. A espiral de descrédito agravava a situação do país, que, constituindo um risco para os mercados, tinha de pagar taxas públicas e privadas cada vez mais altas para obter crédito.

(9) Entre as privatizações, a do setor de telefonia é exemplo em que se associa a melhora na qualidade e extensão dos serviços com a imposição de preços muito superiores aos do resto do mundo e, em conseqüência, com lucros extraordinários de semimonopólio. Os investidores estrangeiros compraram parte majoritária da empresa pública de telefonia desembolsando um total de US\$ 3,7 milhões, e em dez anos a quantidade de linhas fixas passou de três a oito milhões. Durante esse processo a Telefônica e a Telecom investiram US\$ 18 milhões e ganharam US\$ 7 milhões. Além do custo do serviço, criticam-se a ausência de controle estatal sobre os compromissos contraídos e o índice de reajuste dos preços, que é regido pela inflação nos Estados Unidos (cf. *La Nación*, 03/06/2001). O próprio processo de privatização está sob suspeita de corrupção. Apesar da grande melhoria em alguns serviços privatizados, a opinião pública converteu o apoio que dera à privatização em início dos anos 1990 em demanda pela renacionalização. Também contribuiu para essa virada da opinião pública a gestão catastrófica das Aerolíneas Ar-

gentinas privatizadas, que foram cenário de um amplo movimento dos funcionários para evitar seu enxugamento e definitivo fechamento.

(10) O caso de maior repercussão foi o que implicou o presidente Menem e vários ministros no tráfico de armas para a Croácia e o Equador, mas tramitaram outros processos igualmente rumorosos vinculados a lavagem de dinheiro e aos contratos de informatização entre a IBM e o Banco Nación e o Ministério da Economia.

(11) Carlos Alvarez liderou a campanha para apurar a veracidade de denúncias sobre subornos para a aprovação de uma lei trabalhista. A maioria dos senadores fez tal esforço para travar a investigação que o grosso da opinião pública manifestou convicção sobre o fundamento das denúncias. O presidente De la Rúa, que assistia de longe ao desenvolvimento dos acontecimentos, acabou ratificando os membros de seu gabinete sob suspeita e até mesmo promoveu um deles, o que provocou a ressonante renúncia do vice-presidente.

(12) Essa forma de "intercâmbio político" se estende a todo o sistema político, incluindo as forças de cunho revolucionário, como o ilustram os propósitos de Amancy Ardura, dirigente da Corrente Classista Combativa, que enuncia sem pruridos os critérios com que se distribui a desempregados o subsídio estatal do "Plano Traballar", que sua organização, entre outras, administra: "Atribuem-se pontos àquele que vá a uma assembléia ou uma mobilização ou que participe de um bloqueio de rua. Os cinquenta mais bem pontuados da lista recebem o benefício. Esse sistema tende a ser justo e solidário" (entrevista ao *La Nación*, 03/03/2002).

(13) Recaiu assim um véu de obscuridade sobre o emprego desses recursos e inibiu-se a discussão sobre políticas aptas a estimular a inserção social. Deve-se considerar porém que é problemática a reforma de um Estado macrocéfalo e ineficiente, sobretudo nas províncias do interior, porque põe em jogo situações sociais que não podem ser resolvidas de um dia para o outro. Essa reforma e as consequentes redução, qualificação e modernização do funcionalismo não podem ser encaradas sem uma simultânea política de desenvolvimento que assegure outras fontes de emprego e recursos para a assistência social. Esse é um dos pontos críticos das atuais negociações com o FMI.

essa experiência está fortemente impugnada pela debilidade no controle político da provisão de bens sociais básicos<sup>9</sup>.

As atuais críticas à classe política são ilustrativas dessa situação. As suspeitas de corrupção, confirmadas pelos processos judiciais relativos a grandes negociatas que tramitaram ou tramitam<sup>10</sup>, têm sustentado a percepção de que o acesso ao poder conduz ao uso arbitrário dos fundos públicos e ao tráfico de influência. O episódio recente do escândalo no Senado estendeu um manto de suspeita sobre o conjunto desse corpo legislativo e, embora não tenha sido elucidado, esteve na base de uma crise política maior. Sua culminância, com a renúncia do então vice-presidente, Carlos Alvarez, foi o início da desagregação da Aliança governante e um fator de descrédito que acompanharia o governo até seu fim antecipado<sup>11</sup>.

Mas a debilidade do Estado não remete somente aos atos de corrupção dos que estão sob suspeita, seus funcionários e representantes políticos. As fontes dessa debilidade são estruturais e residem no modo como se cumprem as funções distributivas. Em sentido estrito os dispositivos distributivos são limitados, mas por meio do emprego estatal, das obras públicas e das políticas sociais desenvolveu-se um sucedâneo do Estado de Bem-Estar. A rede político-administrativa do Estado e as estruturas dos principais partidos canalizam os recursos públicos e procuram incrementá-los, uma vez que seu vínculo social e sua própria estrutura aí se sustentam, mas a distribuição desses recursos se faz segundo critérios particularistas. Não foi estabelecida uma política de direitos sociais ou com algum outro critério universalista que colocasse os indivíduos em pé de igualdade ante os recursos públicos, cuja alocação se dá notadamente em função de vínculos clientelísticos. Desse modo, os recursos públicos e particularmente a assistência social também geram opressão política<sup>12</sup>. O funcionamento dispendioso do Estado tem sido de tratamento problemático, e parece que questioná-lo supõe questionar o próprio princípio redistributivo, propiciando a inação pública ante as desigualdades sociais<sup>13</sup>.

Nos anos 1990, com a restrição à emissão monetária imposta pela lei de convertibilidade, o grande aumento do gasto público se deu não por via inflacionária, como no passado, mas pelo aumento da dívida pública. Podia-se assim aumentar os recursos públicos sem implantar alternativas de atribuição de gastos, o que, ao suscitar problemas de justiça, isto é, redistributivos, foi fonte de conflitos. Esse endividamento, como se viu, está na base da extrema vulnerabilidade argentina e o descumprimento de seus compromissos conduziu à interrupção dos pagamentos e à explosão da dimensão econômica da crise.

Mas a debilidade do Estado se expressa sobretudo em sua incapacidade de arrecadar impostos. Logo após a crise de fins de dezembro a queda da arrecadação se revestiu de características de rebelião fiscal, constituindo a contrapartida do descontentamento cidadão com o confisco das poupanças e com a pouca representatividade do atual governo. Mas mesmo em condições normais a evasão de impostos é de tal magnitude que, segundo especialistas, um cumprimento razoável dessas obrigações teria sido sufi-

ciente para enfrentar o endividamento externo<sup>14</sup>. A evasão fiscal é sintoma de uma situação social de considerável amplitude: os que a protagonizam são segmentos dos grandes empresários mas igualmente amplos setores médios e altos, integrados também por profissionais liberais e funcionários públicos. Tal comportamento social ilustra a baixa incumbência quanto à condição pública e uma resistência de fato às políticas redistributivas, que não passam das intenções generosas<sup>15</sup>.

A própria representação política é objeto de críticas, que têm se concentrado na denúncia do gasto público. As remunerações dos legisladores são consideradas em alguns casos inusualmente elevadas, mas critica-se sobretudo o uso arbitrário de fundos permanentes ou excepcionais à sua disposição para custear numeroso pessoal a seu serviço, alocar subsídios a quem lhes apraza ou empregar pessoas para fins pessoais ou partidários. Ao descontentamento com a evidente largueza no emprego dos recursos públicos se soma o referente às estruturas partidárias, que no atual sistema eleitoral têm a faculdade de apresentar opções consideradas obscuras, de voto às cegas, mediante o sistema de listas partidárias fechadas, o que tem debilitado a imagem do legislador como representante eleitoralmente instituído.

Enfim, e isso talvez seja o essencial, é a significação da atividade política em si mesma que parece problemática. Por trás do questionamento dos vultosos salários, dos volumosos plantéis de pessoal e da existência de órgãos superdimensionados ou desnecessários, embora fundado em muitos casos, se encerra a vocação de alguns setores de reduzir a política à sua expressão mínima, pois sua concepção antipolítica considera essas instituições uma trava para a espontaneidade da atividade social e em particular dos mercados. Mas se essa investida tem procedimento é porque até aqueles que são favoráveis ao fortalecimento dos instrumentos públicos se sentem impotentes ante o seu descrédito.

## **As transformações econômico-sociais, o individualismo e os novos protagonistas sociais**

### *O novo individualismo*

A modernização do Estado e da economia empreendida na Argentina nos anos 1990 aprofundou traços próprios da evolução mundial. O crescimento econômico desse período, particularmente na primeira metade da década, não propiciou maior integração social; ao contrário, os índices de desocupação e de pobreza aumentaram, bem como se acentuaram as desigualdades regionais. À exclusão resultante desses processos correspondeu também uma grande transformação no mundo do trabalho: a precariedade, a instabilidade e a desregulamentação dos postos de trabalho resultaram tanto de transformações nas tecnologias de produção como de mudan-

(14) Em 31 de março de 2001 a dívida pública nacional alcançava US\$ 126,7 milhões, segundo dados do Ministério da Economia. As estimativas de evasão variam, segundo as fontes, entre US\$ 30 milhões e US\$ 60 milhões anuais. Segundo C. Pessino e R. Finochietto ("Características y consecuencias de la estructura tributaria de la República Argentina durante la década de los noventa". In: Lascano, op. cit.), em 1996 a evasão teria sido de 40% se se considerar o peso da economia informal no PIB e de 41% da arrecadação potencial se se considerar as estimativas do imposto sobre o valor agregado. Eles assinalam ainda que, em 1999, 47% dos trabalhadores por conta própria reconheciam não estar inscritos na receita e que 50% da população economicamente ativa não contribuía para a seguridade social.

(15) A crescente debilidade do Estado contrasta ainda com uma opinião pública cada vez mais favorável à intervenção reguladora do Estado. Pesquisa realizada por Graciela Romer & Asociados na capital e no conurbano após as eleições de 14 de outubro de 2001 indicou que mais de 80% dos entrevistados estavam a favor de um Estado que interviesse para distribuir a riqueza equitativamente (*La Nación*, 28/10/2001). Ver também a nota 6.

ças jurídicas que afetaram as relações contratuais, todas no sentido de um esgarçamento da proteção tradicional aos trabalhadores.

Paralelamente, transformações na relação do Estado e das instituições públicas com a sociedade tenderam a reforçar o individualismo no paradigma do capitalismo norte-americano, em detrimento dos laços mutualistas e da responsabilidade do Estado. O impulso à capitalização privada como alternativa à aposentadoria pelo sistema de repartição, a expansão da cobertura de saúde pelo sistema "pré-pago" em lugar dos serviços sociais sindicais e institucionais e o recurso aos seguros contra acidentes de trabalho figuraram entre as principais transformações sociais associadas à prevalência da idéia de eletividade e risco individual sobre a de participação na previdência pública solidária. Por outra parte, expandiu-se, ao menos em parcelas da sociedade mas provavelmente com mais intensidade que em outras latitudes, uma lógica de poupança e investimento que incitou à permanente valorização dos patrimônios<sup>16</sup>.

Essa intensa mercantilização produziu uma transformação social vertiginosa que levou os indivíduos de uma lógica cidadã a uma lógica patrimonialista. Os amplos setores que foram envolvidos nesse processo abraçaram a expansão do novo individualismo e também uma específica dissociação — e em certos casos tensão — entre sua condição social "tradicional" derivada do trabalho e sua condição de poupador ou investidor imiscuído nos vaivéns do mercado financeiro.

#### *Os novos atores sociais*

Os acontecimentos recentes viram aparecer protagonistas inéditos, que resistem às designações herdadas do contexto social tradicional. Os participantes dos piquetes, bloqueios de ruas e saques, embora não sejam as mesmas pessoas físicas, remetem ao mundo da pobreza e da exclusão, enquanto os "paneleiros" e os vizinhos das assembléias de bairros são classificados como membros das "classes médias". Esta última designação em particular parece problemática. Embora associada a contextos conceituais variados<sup>17</sup>, ela relembra sobretudo a análise em termos classistas segundo a qual se trataria de uma categoria residual em relação às classes principais: a burguesia e o proletariado. Quando, no afã de delimitar a ampla mobilização social desencadeada em dezembro — mas cujos esboços remontam a antes —, fez-se referência às "classes médias", pretendia-se delimitar uma condição social que explicasse as características daquela mobilização. E com efeito esse recurso à sociologia parecia coerente, na medida em que a arena pública viu emergir ao mesmo tempo ações originadas em protagonistas designados socialmente como "pobres" ou "excluídos". Mas a pertinência dessa classificação vacila ao pôr-se a pergunta sobre se é possível reconhecer a existência pública ou esperar a emergência das classes fundamentais que de alguma forma poriam essas "classes médias" em seu lugar... residual.

(16) O congelamento dos depósitos bancários afetou 1,8 milhão de pessoas, que teriam nos bancos US\$ 41 milhões em prazos fixos. Essa cifra permite apreciar a magnitude da população envolvida em poupança e investimentos.

(17) Esse tema foi objeto de grande atenção, por exemplo, na sociologia norte-americana dos anos 1950 e nos estudos de sociologia política dedicados há várias décadas ao desenvolvimento na América Latina.

Parece mais fundado considerar que os paneleiros e os membros das assembléias de bairro exteriorizam uma nova mobilização social constituída em torno de identificações públicas que, embora não infensas a interesses, comportam ideais e dependem mais do que nunca de uma produção pública de sentido, de modo que não são a expressão de nenhuma condição social preexistente à mobilização. Se se quisesse identificá-los nos termos sociais tradicionais, ver-se-ia que se compõem de assalariados e proprietários de variado talhe, mas haveria que ter em conta a própria precariedade e significação dessa distinção. E, ainda, discernir o que faz os assalariados distinguirem seu pertencimento à classe trabalhadora ou às tradicionais classes médias seria uma tarefa hercúlea, já que os trabalhadores da indústria já não são tão freqüentemente os "manuais" e os assalariados não industriais perderam o nível de renda superior e o reconhecimento social dos *"white collars"*.

Também o protagonista popular tem novo cunho. O modo de constituição bem como de expressão dos excluídos é o protesto a fim de remediar sua situação. Os bloqueios de ruas, que vêm sendo praticados há vários anos mas se intensificaram consideravelmente durante 2001, denotam um modo de ação — com variados riscos de derivação violenta — que está voltado a pressionar as autoridades mediante uma perturbação da ordem. O recurso do excluído é recuperar significação desse modo, o do bloqueio. Entretanto, a organização desse espaço social parece ser extremamente difícil. O individualismo e a relegação provenientes da apartação do trabalho e de outros vínculos sociais parecem ser parcialmente sobrelevados quando intervêm grupos partidários ou sindicais externos que cumprem uma função estruturante e dirigente. Essas formas de organização para a ação e de contenção se mostram instáveis e sujeitas a fluxos significativos. Os saques, que tiveram seu momento culminante em finais de dezembro e contribuíram para a desordem e o protesto que provocaram a queda de De la Rúa<sup>18</sup>, são uma expressão da significação e natureza da esfera em expansão daqueles que estão premidos pelas necessidades vitais. Há aí um poderoso potencial antipolítico e também de desagregação dos laços sociais. A exclusão pode amalgamar indivíduos que, confinados em suas moradias, têm potencialidade para mobilizar-se nas direções as mais variadas em busca de satisfação de suas necessidades prementes. As associações de desempregados e os piqueiros provavelmente devem seu êxito não à envergadura da representação efetiva que exercem, pois parecem abarcar uma minoria desse setor, nem à magnitude de suas concentrações, mas à representação virtual que sua ação comporta. Em outras palavras: sensibilizada pela dimensão da situação, uma boa parte da sociedade impõe e se auto-impõe respeito ante as muitas e variadas expressões de protesto provenientes dos excluídos<sup>19</sup>. A repressão a essas manifestações por parte desse governo e dos anteriores é sumamente limitada e prudente, em razão dessa sensibilidade e tolerância coletivas.

Os novíssimos protagonistas sociais correspondem a uma sociedade dominada pelo individualismo e a fragmentação. Se a lógica de constituição de identidades coletivas se sustentava em grande medida em pertencimen-

(18) Sustentou-se, sobretudo por parte do ex-presidente, que sua queda teria sido provocada por uma conspiração. É certo que a maioria da classe política não era solidária com o governo e nos bastidores deliberava sobre o cenário político caso o governo caísse, mas não há indícios de que sua atuação tenha sido mais influente do que a dos dirigentes radicais que aconselharam a renúncia do presidente quando este parecia completamente superado pelos acontecimentos. Quanto aos saques, responderam a uma situação de premência social mas certamente também à percepção de um governo que não controlava a situação, o que propiciava o sentimento de impunidade. Vários testemunhos coincidem em assinalar a presença nos bairros periféricos de pessoas que transmitiam falsas notícias sobre distribuição de alimentos nas cercanias dos supermercados ou que indisputavam bairros uns contra outros, mas parece insustentável atribuir a origem dos saques a essas provocações ou à ação organizada de delinquentes, que também ocorreu, mas tudo indica que apenas em alguns casos.

(19) Segundo pesquisa do Gallup em agosto de 2001, após um período de freqüentes bloqueios de rua e paralisações nacionais, a maioria dos entrevistados se manifestava contra os bloqueios (62%) e as paralisações gerais (71%) (*La Nación*, 03/08/2001), embora estas últimas tenham sido bem-sucedidas, o que não pode ser atribuído simplesmente à adesão dos trabalhadores dos meios de transporte. Pode-se considerar em contrapartida que, mesmo reticente quanto às paralisações, a maioria não teria tampouco uma motivação política ou cívica para fazer o esforço de pronunciar-se ativamente contra elas. Numa recente pesquisa nacional do Gallup os entrevistados manifestaram uma adesão variável aos protestos: 77% estavam de acordo com as assembléias de bairro, 70% com o piquete e 40% com os bloqueios (*La Nación*, 15/04/2002). Uma outra pesquisa (Hugo Haime y Asociados) é ilustrativa das preferências cidadãs. Ante a pergunta "De que forma devem se expressar os protestos?", a incidência das respostas foi: mediante o voto (43%), piquete (24%), assembléias (24%), greves e paralisações gerais (5%), piquetes e bloqueios de rua (2%) (*Página 12*, 10/03/2002).



(20) Entre as políticas sociais um exemplo é o mencionado Plano Trabalhar, uma vez que a distribuição dos seus subsídios alenta a criação de uma rede de ONGs que cadastram e supervisionam os pleiteantes.

(21) A reconstrução de um laço de representação seria possível se as forças políticas e os protolíderes formulassem programas políticos que incorporassem as demandas sem pensar simplesmente em adicioná-las. A experiência da campanha para as eleições de 14 de outubro de 2001 mostrou em que grau havia uma disposição de sanção ao governo e ao mesmo tempo a boa parte das oposições, abarcando os candidatos da Aliança, que fizeram uma campanha crítica ao governo, e também aqueles que facilmente abraçaram posições radicalizadas mas que pareciam inverossímeis para a maioria. Ou seja, o eleitorado não está esperando uma simples adoção dos termos do protesto ou do descontentamento, mas promessas e um rumo que levem em conta o que realmente é possível fazer e contenham critérios de justiça que se constituam como opções em termos de valores. Contudo, como se considera que a atual derrocada é de responsabilidade dos que governaram, os enunciados críticos dos representantes dos principais partidos são vistos com ceticismo, de modo que reconstruir os laços de representação requer também uma renovação política que inclua a aparição de novas faces.

tos sociais e culturais intermediários, que serviam de trânsito até a representação política, agora o relacionamento de indivíduos ou de grupos de interesses e demandas está de algum modo suscitado ou até mesmo instituído pela ação governamental e política, requerendo também mais diretamente uma resposta institucional. E isso sucede justo quando a representação política e a legitimidade governamental estão profundamente questionadas. O certo é que os desocupados reclamam ante o governo e suas formas de reclamação e organização são tributárias das lei e políticas sociais<sup>20</sup>. Quanto ao protesto das panelas, sua mobilização de repúdio se produz como reação às iniciativas estatais ao mesmo tempo que manifesta demandas fragmentadas e pontuais e em alguns casos contraditórias entre si, que não poderão adquirir coerência e em boa medida ser superadas senão por uma iniciativa de ordem geral que apareça como justa — tarefa que supõe atuação e revalidação de uma representação política<sup>21</sup>.

## **Transformações na vida pública: as condições políticas para a emergência de novos atores**

### *A nova cidadania*

A experiência pública argentina dos últimos anos tem incidido no descrédito dos políticos e da política. Desenvolveu-se um sentimento de impotência quanto à política: não se espera dos governos mudanças significativas nem se vê no Estado a capacidade de dotar-se de uma vontade capaz de fazer frente aos condicionamentos do sistema econômico globalizado ou dos poderes fáticos locais. A experiência de modernização dos anos 1990, que inicialmente trouxe estabilidade e crescimento, não foi confrontada nesse ínterim por alternativas críticas verossímeis. O "pensamento único" se impôs entre os principais líderes políticos, de modo que a atual revisão crítica sobre os riscos salientes da política de então alimenta mais o repúdio e o ceticismo do que a investida em alternativas a esse curso. Uma parte da população reprova aos políticos, em particular aos opositores de então, não terem advertido a tempo sobre as conseqüências dessas políticas.

A frustração das promessas é outra fonte de descrédito, nesse caso mais orientada aos líderes e às alianças políticas. O abandono das promessas distributivas com que Menem chegou ao poder sempre alimentou um mal-estar no seio do eleitorado peronista, ainda que esse inconformismo tenha tardado a adquirir alcance público. A contínua erosão do eleitorado peronista tradicional e a secularização do voto popular podem por certo ser consideradas expressões da decepção ante os descumprimentos das promessas populares.

A decepção mais recente e notória foi provocada pelo governo da Aliança, que não cumpriu nem as promessas latentes de maior justiça social

nem aquelas, mais explícitas, de moralização da vida pública. A coalizão política que chegou ao poder em dezembro de 1999 com base em uma confluência de rechaços à experiência do governo Menem, mas fazendo convergir eleitorados de sensibilidade variada e em grande parte divergente, começou a se desagregar aceleradamente logo após a crise que conduziu à renúncia do vice-presidente Carlos Alvarez, perdendo a maior parte de seu eleitorado e levando seus partidos ao extremo debilitamento ou à desaparecimento<sup>22</sup>.

Essas frustrações quanto à política e aos partidos contribuíram, junto às mudanças sociológicas antes apontadas, para uma transformação dos atores políticos e do eleitorado. A construção da democracia argentina contemporânea empreendida em 1983 comportou uma evolução desde a referência a um sujeito popular unificado, característica do período populista, até a conformação de uma cidadania portadora de direitos, com uma relação menos comprometida e passional com a vida pública e cada vez mais eletiva<sup>23</sup>.

Nos anos 1990 os processos eleitorais e a cidadania se afirmaram como a fonte de legitimidade política e o recurso de regulação da vida pública por excelência. Quando Menem tomou a iniciativa de postular-se a um terceiro período presidencial consecutivo, contrariando as indicações expressas da Constituição, cuja reforma ele mesmo havia impulsionado, desencadeou-se uma luta política que envolveu a então oposição e dividiu o próprio peronismo. Mas os recursos institucionais do presidente foram contrapostos pelo peso do consenso negativo da opinião pública, pela ameaça de plebiscitos cidadãos e pelos resultados das eleições partidárias internas<sup>24</sup>. A cidadania, ainda que pouco mobilizada nos termos tradicionais, ocupava, tanto em sua figuração como estado da opinião quanto como fonte eleitoral de legitimidade, o centro da cena, deslocando os recursos do passado. Isso foi notório em particular no peronismo, tradicionalmente propenso a fazer pesar as lideranças e os aparatos ou a pôr em jogo a mobilização de massas como modo de resolução dos conflitos.

As eleições de 1999 também revelaram, de modo indubitável e em escala nacional, a nova autonomia cidadã e sua relação crescentemente eletiva com os partidos e as candidaturas. A vaga antimenemista levou à Presidência o candidato da Aliança, que triunfou em 22 dos 24 distritos eleitorais, mas os candidatos a governador da coalizão presidencial vitoriosa ganharam apenas em oito distritos, o que sugere a quantidade de eleitores que votaram em partidos diferentes segundo o nível de representação em disputa<sup>25</sup>.

Cerca de dois anos depois, assim que as esperanças postas na Aliança se viram frustradas, as eleições nacionais de renovação legislativa mostraram uma fissura na relação da cidadania com a oferta eleitoral que seria o primeiro sinal ostensivo da crise de representação. Em 14 de outubro de 2001, mais de quatro cidadãos em cada dez não compareceram às votações ou expressaram rejeição às candidaturas mediante votos brancos ou nulos<sup>26</sup>. Os principais partidos sofreram uma diminuição considerável de seu prestí-

(22) A União Cívica Radical (UCR) foi submetida a uma grande tensão nos últimos meses do governo De la Rúa, pois a maioria dos dirigentes partidários se manifestou em oposição à sua política. Esse partido se encontra atravessado por conflitos entre seus dirigentes, incentivados por sua estrepitosa queda de popularidade. Já a Frente País Solidário (Frepasso) foi se dividindo a ponto de seus parlamentares constituírem novas forças políticas ou se juntarem a outras.

(23) Ver a respeito Cheresky, Isidoro. "Hipótesis sobre la ciudadanía argentina contemporánea". In: Cheresky, Isidoro e Pousadela, Ines. *Política e instituciones en las nuevas democracias latinoamericanas*. Buenos Aires: Paidós, 2001.

(24) Menem contava com o aparato do Estado e em particular com o apoio da maioria dos governadores e correligionários peronistas. Supunha-se ainda que, dadas certas circunstâncias favoráveis, se poderia formar uma maioria na Corte Suprema que autorizaria sua candidatura a uma segunda reeleição. A oposição não conseguiu mobilizar a opinião pública, mas o adversário peronista de Menem, Eduardo Duhalde, então governador da província de Buenos Aires, ameaçou convocar ali um plebiscito sobre a reeleição, o que amedrontou e conteve Menem. Ulteriormente as eleições provinciais e as eleições partidárias internas acabaram desacreditando a pretensão da reeleição. Em termos mais gerais, as pesquisas mostraram ao largo do período uma rejeição maciça à reeleição.

(25) O voto diferenciado ou flutuante foi facilitado porque as eleições para governador e para presidente se desdobram na maioria das províncias.

(26) Entre as eleições de 1999 e 2001 as abstenções passaram de 18,4% a 26,3% como proporção do total-padrão, ou seja, deixaram de comparecer às urnas cerca de 2,5 milhões a mais de cidadãos. Os votos brancos e nulos representaram cerca de 22% da votação consignada em 2001, em contraste com 6,6% em 1999. Aproximadamente quatro milhões de eleitores optaram por essas formas de expressão crítica.

(27) A Aliança viu reduzir-se seus votos drasticamente: de mais de oito milhões em 1999, recebeu pouco mais de 3,1 milhões em 2001, o que representou 22,2% dos votos válidos (excluindo brancos e nulos). O peronismo, por sua vez, passou de aproximadamente 6,1 milhões a menos de cinco milhões (35% dos votos válidos). Contribuíram para debilitar o eleitorado dos dois grandes partidos/coalizões — que em 1999 haviam somado 76,7% dos votos e em 2001 registraram apenas 55,2% — a emergência de algumas novas forças e a reativação de pequenos partidos, que em conjunto concitaram, ainda que marginalmente, uma dispersão do voto. Esse aspecto também é ilustrativo do descontentamento cidadão expresso nessa ocasião.

(28) A formulação mais substancial de seu discurso medíocre sustentava: "Em um contexto econômico e social em que muitos argentinos sofriam sérios problemas, grupos inimigos da ordem e da República aproveitaram para tentar semear discórdia e violência, buscando criar um caos que lhes permita manobrar para lograr fins que não podem alcançar pela via eleitoral" (*La Nación*, 20/12/2001). É significativo que a população portenha não tenha feito eco à acusação aos "perturbadores da ordem", mesmo tendo passado por uma jornada de medo com os rumores sobre manifestações que estariam marchando dos subúrbios para Buenos Aires (à tarde, boa parte do comércio havia baixado as portas). No momento de expressar seu descontentamento os cidadãos buenos-airesenses o apontaram em direção do presidente.

gio, tanto em termos absolutos quanto relativos<sup>27</sup>. O paroxismo do resultado eleitoral é ilustrado pelo fato de que o peronismo apareceu triunfando amplamente e alcançando a maioria em ambas as câmaras, ainda que a quantidade de votos obtidos registrasse franca retração em relação à eleição precedente, na qual, não obstante, fora derrotado de modo contundente.

### *O painel*

Em fins de dezembro deu-se uma virada na arena pública ao emergir uma inédita mobilização cidadã. Como já assinalado, os sinais da autonomia e do descontentamento estavam dados desde antes, mas até então a presença cidadã havia se expressado sob a forma virtual do estado da opinião registrado pelas pesquisas ou mediante a atividade mínima do voto. Com o painel produziu-se uma inesperada presença pública que teria peso decisivo nos acontecimentos.

O estampido inicial ocorreu na noite de 19 de dezembro, como reação ao discurso presidencial após uma jornada de saques a supermercados e lojas que converteu numerosos bairros do conurbano em terra de ninguém. Ao anunciar o estado de sítio para combater supostos inimigos da República que estariam em ação<sup>28</sup>, o presidente deu prova de insensibilidade e sobretudo de ausência de qualquer visão autocrítica sobre sua gestão. Então as painéis começaram a soar em um contínuo que ia desde o balcão das casas, como borda do âmbito privado, até as ruas onde se concentravam os moradores mais ativos, alguns dos quais bloquearam o trânsito nos principais cruzamentos e protestaram durante horas, desgrendando-se em grupos que iam em direção dos centros tradicionais de poder e de protesto: a Plaza de Mayo, em frente à sede do governo, e a praça do Congresso. Era toda a cidade que parecia pronunciar-se, ainda que não se consubstanciasse a figuração tradicional das massas congregadas em um único lugar, como havia acontecido no passado. Essa ativação social se espalhou espontaneamente, sem lideranças e estruturas, tendo nessa primeira expressão uma prolongação aos centros urbanos litorâneos, para ampliar-se ainda mais nos eventos similares que se seguiriam.

Desde a madrugada do dia seguinte a Plaza de Mayo foi cenário da tentativa policial de evacuar o local, o que à tarde deu lugar à repressão e a violentos enfrentamentos, com várias mortes como saldo. Ante o repúdio e o descontrole, o presidente apresentou sua renúncia. Uma semana depois, o seu sucessor, nomeado pelo Congresso, também se alijaria do cargo, sob a pressão de um novo painel e a debilidade de sua legitimidade de origem.

Esse paradigma ou referência fundamental da ativação cidadã deve ser distinguido de outras expressões ilustrativas de seu caráter heterogêneo: ações de protesto ante os bancos contra o congelamento dos depósitos e praxos fixos, reclamações dos diversos segmentos prejudicados pela pesificação, como credores de dívidas privadas, devedores de créditos em dólares

não pesificados etc., assim como as tentativas de conferir uma organização e um caráter duradouro à ação por parte das assembléias de bairro. Na verdade, o traço característico da ruptura e do ativismo cidadãos é sua negatividade. Convergem todos — pois o registro parece ser o da sociedade toda, da unanimidade social — em reação às iniciativas do poder<sup>29</sup>. Essa convergência negativa é que permite uma coexistência heterogênea e representa a novidade de uma ação que não se reveste da forma de movimento social, quer dizer, que não tem outra demanda geral, ao menos inicialmente, senão o utópico mas significativo "Que saiam todos".

Parece pertinente considerar a eclosão e a prolongação do movimento urbano de protesto como sintomas de uma profunda crise de representação política, mas mesmo que negativamente ele guarda uma significação política. Trata-se da expressão de um veto às iniciativas governamentais e de um questionamento geral dos dirigentes. Constitui também uma experiência que revelou a capacidade de exercer poder e que colocou em novos termos a relação entre a sociedade e os dirigentes, de modo que as instituições vigentes parecem debilitadas e à mercê de um difuso "poder das ruas". Se a partir daí se apresentam as possibilidades de uma reinstitucionalização, estas implicam levar em conta a disposição desconfiada e vigilante dos mobilizados.

A mobilização social precipitou a interrupção do mandato presidencial de Fernando de la Rúa, e apareceu assim como uma irrupção extra-institucional, mas por fim foi percebida como uma intervenção que punha fim a um presidente extremamente deslegitimado e produzia um impasse ante o qual as instituições representativas e a própria oposição política se mostravam impotentes. Nesse sentido, a intervenção cidadã cumpriu uma função reguladora ao desbloquear a situação, permitindo que o processo retomasse um curso institucional<sup>30</sup>. A mobilização, "negativa", prolonga a crise no sentido de que põe em relevo o vazio da representação e inibe a possibilidade de uma solução meramente interna ao sistema institucional representativo. Isso é ilustrado pela situação presente, em que o governo, que conta com uma inédita e muito ampla coalizão parlamentar de apoio, em que se mesclam peronistas, radicais e frepasistas, padece de uma profunda debilidade em razão de seu escasso reconhecimento social<sup>31</sup>.

A mobilização social urbana questionadora e pacífica constitui uma extraordinária ampliação do espaço público. Parece assim reverter-se a tendência dos indivíduos à privatização e a uma relação extremamente segmentada com a vida pública que prevalecia desde os anos 1980. Tal ampliação tem a potencialidade de revigorar o regime democrático, ainda que se trate de uma presença no espaço público que não visa em absoluto uma mudança de regime político, mas que atua com o fito de exercer uma influência.

A mobilização decerto é homogênea, já que nela coexistem potencialidades distintas. As assembléias de moradores que se congregaram desde princípios de janeiro ilustram uma possível evolução deliberativa e organizacional no âmbito dos bairros. Poderíamos assim estar assistindo em definitivo a um notável renascimento da sociedade civil, em que novas associações

(29) A primeira reação que condensou o descontentamento acumulado foi provocada pelo discurso de Fernando de la Rúa. Em seguida, a formação do gabinete de Rodríguez Saa, com personalidades de antecedentes discutíveis, foi alvo emblemático do protesto.

(30) Fica assim questionada uma visão hiperinstitucionalista da democracia que ignora a primazia dos princípios democráticos sobre as formas institucionais concretas, o que se evidencia em situações de crise.

(31) A política do governo é majoritariamente reprovada mas não se aponta nenhuma alternativa desejável, o que reveste as opiniões majoritárias de certa ambigüidade. As menções mais frequentes em uma pesquisa de opinião (Ceop), com 69%, são: "O presidente encontrou um país arruinado e está fazendo um grande esforço para levá-lo adiante" e "Quando o presidente fala eu não lhe creio em nada" (*Clarín*, 10/03/2002). Outra pesquisa (Catterberg y Asociados) delineia a imagem presidencial: boa ou muito boa, 21%; regular, 42%; má ou muito má, 33% (*Página 12*, 17/03/2002).

combinariam preocupações políticas e locais. Mas também se evidenciou uma propensão à ação direta, isto é, a manter um estado de mobilização permanente para encontrar alvos de repúdio e até bodes expiatórios aos quais dirigir sucessivamente as energias. Ilustram essa potencialidade violenta aquelas manifestações de rechaço a pessoas públicas — os chamados "escrachos" — que, cercando domicílios particulares e até mesmo depredando-os e fazendo dos perseguidos objeto de escárnio, dão livre curso para que grupos *ad hoc* pronunciem veredictos sobre os indivíduos, ignorando as instituições de justiça e a proteção aos direitos. Essa prática pode somar-se a outras que vão na direção da desagregação social e dos enfrentamentos descontrolados.

Produziu-se definitivamente uma cena com vínculos de cidadania e de vizinhança que poderá dar novas bases à vida pública e até ao surgimento paulatino de novas lideranças, que no momento têm um alcance local. Mas a recomposição da situação e em particular a recriação de um laço de representação que assegure a produtividade política da sociedade mobilizada dependem da emergência de novas forças políticas e eventualmente da renovação daquelas tradicionais. Uma renovação política vinda exclusivamente ou mesmo essencialmente "de baixo" não parece estar na ordem do dia, mas não se poderá pensar qualquer reconstituição dos laços políticos como uma volta ao sistema político tão desarticulado pelos acontecimentos recentes, nem tampouco como um desígnio que ignore a nova presença de uma cidadania ativa.

## O rumo democrático

A desordem geral, a opressão do empobrecimento em expansão e a perda de soberania resultante da vulnerabilidade externa não são propícias para a reabilitação da política. Antes, essas restrições alertam para o risco da instabilidade e da violência. Há entretanto uma potencialidade coletiva consciente desse perigo e propensa à prudência, como o ilustra um estado de ânimo geral que, embora crítico ao governo e ainda dubitativo sobre sua legitimidade, é favorável a que ele continue em seu lugar e finalize seu prazo legal<sup>32</sup>.

Dever-se-ia fomentar um debate no país que suscitasse a esperança nas potencialidades da decisão cidadã e na possibilidade de recuperar a soberania hoje retalhada. Um tal horizonte requereria conceber, à diferença do sucedido na última década, um tipo de desenvolvimento e de integração no mundo que valorizasse as capacidades nacionais e se recusasse a um modelo simples e homogeneizante de globalização.

A recomposição da representação política deve ser encarada sem ceder às tentações demagógicas da antipolítica. O redimensionamento de recursos e instituições deve ir a par com uma reforma dos sistemas eleitorais que possibilite candidaturas independentes e a participação cidadã por vias referendárias, cuidando é claro de não alentar a ilusão plebiscitária que

(32) Os resultados de uma pesquisa recente do Gallup são categóricos: 67% dos entrevistados desaprovam o desempenho presidencial (e 81% o desempenho econômico do governo), mas a maioria prefere que o presidente termine seu mandato (58%) a que se convoquem eleições antecipadas (35%) (*La Nación*, 14/04/2002).

demova o lugar próprio às instituições representativas e à elaboração de políticas em contextos específicos.

O ativismo social é uma fonte poderosa de renovação da política, em primeiro lugar porque a condiciona de modo tal que nada se poderá fazer sem ter em conta essa fonte cidadã de crítica, controle e eventualmente proposição. Ele pode ser a sementeira também de novas lideranças, mas a reconstituição da representação política depende sobretudo da iniciativa e imaginação dos que intervêm na política por vocação e se organizam para tal.

Por fim, deve-se ponderar que os vestígios da derrocada serão duradouros também no plano social. Uma ordem política viável deve recuperar a capacidade de efetuar políticas de integração social. Isso supõe assimilar a experiência dos últimos anos, o que impele a romper com as utopias tecnocráticas que postulam ou admitem um crescimento dissociado da justiça social. Para além das considerações éticas, uma concepção restrita de crescimento e democracia gera as condições para a sua instabilidade e queda.

Recebido para publicação em  
12 de maio de 2002.

Isidoro Cheresky é professor  
da Universidade de Buenos Ai-  
res e pesquisador do Conicet.

---

Novos Estudos  
CEBRAP  
N.º 63, julho 2002  
pp.71-84

---